



República de Moçambique
Ministério da Administração Estatal

PERFIL DO DISTRITO DE CHIGUBO PROVÍNCIA DE GAZA



Edição 2005

A informação incluída nesta publicação provém de fontes consideradas fiáveis e tem uma natureza informativa, não constituindo parecer profissional sobre a estratégia de desenvolvimento local. As suas conclusões não são válidas em todas as circunstâncias. Noutros casos, deverá ser solicitada opinião específica ao Ministério da Administração Estatal ou à firma MÉTIER - Consultoria & Desenvolvimento, Lda.

Série: Perfis Distritais

Edição: 2005

Editor: Ministério da Administração Estatal

Coordenação: Direcção Nacional da Administração Local

Copyright © 2005 Ministério da Administração Estatal.

Um resumo desta publicação está disponível na Internet em: <http://www.govnet.gov.mz/>

Assistência técnica: MÉTIER – Consultoria & Desenvolvimento, Lda

Um resumo desta publicação está disponível na Internet em: <http://www.metier.co.mz>

Índice

Prefácio	v
Siglas e Abreviaturas	vii
1 Breve Caracterização do Distrito	2
1.1 Localização, Superfície e População	2
1.2 Clima e Hidrografia	2
1.3 Relevo e Solos	3
1.4 Infra-estruturas e Serviços	3
1.5 Economia	3
1.6 Cenário político e sociedade civil	4
2 Demografia	5
2.1 Estrutura etária e por sexo	5
2.2 Traço sociológico	5
2.3 Línguas faladas	6
2.4 Analfabetismo e Escolarização	6
3 Habitação e Condições de Vida	7
4 Organização Administrativa e Governação	9
4.1 Governo Distrital	9
4.2 Síntese dos resultados da actividade dos órgãos distritais	10
4.2.1 Agricultura, Turismo e Desenvolvimento Rural	10
4.2.2 Obras Públicas e Habitação	11
4.2.3 Educação e Saúde	12
4.2.4 Cultura, Juventude e Desporto	12
4.2.5 Mulher e Coordenação da Acção Social	13
4.2.6 Justiça, Ordem e Segurança pública	13
4.3 Actividade de desminagem	13
4.4 Finanças Públicas	14
4.5 Constrangimentos à acção do Governo Distrital	15
4.6 Apoio externo e comunitário	15
5 Uso do Solo	16
5.1 Posse da terra	16
5.2 Trabalho agrícola	17
5.3 Utilização económica do solo	18
6 Educação	19
7 Saúde e Acção Social	21
7.1 Cuidados de saúde e quadro epidemiológico	21

7.2	Acção Social	22
8	Género	24
8.1	Educação	24
8.2	Actividade económica e exploração da terra	25
8.3	Governança	26
9	Actividade Económica	27
9.1	População economicamente activa	27
9.2	Rendimento e consumo familiar	28
9.3	Infra-estruturas de base	29
9.4	Agricultura e Desenvolvimento Rural	30
9.4.1	Zonas agro-ecológicas	30
9.4.2	Produção agrícola e sistemas de cultivo	30
9.4.3	Segurança alimentar	32
9.4.4	Pecuária	32
9.4.5	Florestas e Fauna bravia	33
9.5	Indústria e Comércio	33
9.6	Turismo	34
	Anexo: Autoridade Comunitária no Distrito de Chigubo	35
	Referências documentais	36

Lista de tabelas

TABELA 1:	População por posto administrativo, 1/1/2005	5
TABELA 2:	Agregados, segundo a sua dimensão e tipo sociológico	5
TABELA 3:	População, segundo o estado civil e crença religiosa	6
TABELA 4:	População com 5 anos ou mais, e conhecimento de Português	6
TABELA 5:	População com 5 ou mais anos, e alfabetização, 1997	6
TABELA 6:	Famílias, segundo as condições básicas de vida	7
TABELA 7:	Programas de acção social, 2000-2003	13
TABELA 8:	População com 5 anos ou mais, e frequência escolar	19
TABELA 9:	População com 5 anos ou mais, e ensino que frequenta	20
TABELA 10:	População com 5 anos ou mais, e ensino concluído	20
TABELA 11:	Escolas, Alunos E Professores, 2003	20
TABELA 12:	Unidades de saúde, Camas e Pessoal – 2003	21
TABELA 13:	Prestação de serviços de cuidados de saúde, 2003	21
TABELA 14:	População de 5 anos ou mais, e orfandade, 1997	22
TABELA 15:	População deficiente, por grupo etário, 1997	22
TABELA 16:	Programas de acção social, 2000-2003	23
TABELA 17:	População activa, processo de trabalho e actividade, 2005	28
TABELA 18:	Rede de Estradas	29
TABELA 19:	Produção agrícola, por principais culturas: 2000-2003	32

Lista de figuras

FIGURA 1:	Famílias, segundo as condições de vida	7
FIGURA 2:	Habitações segundo o tipo de material	8
FIGURA 3:	Habitações segundo o tipo de acesso a água	8
FIGURA 4:	Estrutura da Receita e da Despesa do Orçamento, 2004	14
FIGURA 5:	Estrutura de base da exploração agrária da terra	17
FIGURA 6:	Explorações e área, por culturas	18
FIGURA 7:	População com 5 anos ou mais, e ensino que frequenta	19
FIGURA 8:	Quadro epidemiológico, 2003	22
FIGURA 9:	Indicadores de escolarização	24
FIGURA 10:	Quota das mulheres no trabalho agrícola e remunerado	25
FIGURA 11:	População activa, processo de trabalho e actividade	27
FIGURA 12:	Estrutura do consumo médio das famílias	28
FIGURA 13:	Distribuição das famílias, por rendimento mensal	29



Prefácio



Com 800 mil km² de superfície e uma população de 19,5 milhões de habitantes, Moçambique inicia o séc. XXI, com exigências inadiáveis de engajamento de todos os níveis da sociedade e dos vários intervenientes institucionais e parceiros de cooperação, num esforço conjugado de combate à pobreza e desigualdade e de promoção do desenvolvimento económico e social do País.

Efectivamente, alcançar estes propósitos, num contexto de interdependência dos objectivos de reconstrução e desenvolvimento com os do crescimento, requer o empenho de todos os sectores, grupos e comunidades da sociedade moçambicana.

Na esfera da governação, esta exigência abrange todos os níveis territoriais e cada uma das instituições públicas, estando a respectiva política do Governo enunciada nos preceitos Constitucionais sobre a Descentralização e a Reforma do Sector Público.

A Lei dos Órgãos Locais, n.º 8/2003 de 27 de Março, ao estabelecer os novos princípios e normas de organização, competências e de funcionamento destes órgãos nos escalões de província, distrito, posto administrativo e localidade, dotou o processo de um novo quadro jurídico que reforça e operacionaliza a importância estratégica da governação local.

Neste contexto, o *Distrito* é um conceito territorial e administrativo essencial à programação da actividade económica e social e à coordenação das intervenções das instituições nacionais e internacionais. Avaliar o potencial distrital e o seu grau de sustentabilidade, bem como o nível de ajustamento do respectivo aparelho administrativo e técnico às necessidades do desenvolvimento local, é, pois, um passo primordial.

É, neste contexto, que o Ministério da Administração Estatal elaborou e procede à publicação dos Perfis dos 128 Distritos de Moçambique.

Fá-lo, numa abordagem integrada com o processo de fortalecimento da gestão e planificação locais, proporcionando – para cada distrito, no período que medeia 2000 a 2004 – uma avaliação detalhada do grau local de desenvolvimento humano, económico e social.

Estamos certos que este produto, apetrechará as várias Instituições públicas e privadas, nacionais ou internacionais, com um conhecimento de todo o país, que potencia o prosseguimento coordenado das acções de combate à pobreza em Moçambique.



República de Moçambique
Ministério da Administração Estatal

Efectivamente, entendemos os Perfis Distritais como um contributo para um processo de gestão que integra, por um lado, os aspectos organizacionais e de competências distritais e, por outro, as questões decorrentes do desenvolvimento e da descentralização nas áreas da planificação e da afectação e gestão dos recursos públicos.

A presidir à definição do seu conteúdo e estrutura, está subjacente a intenção de fortalecer um ambiente de governação:

- dominado pela visão estratégica local e participação comunitária;
- promotor da gradual implementação de modelos de negócio da administração distrital ajustados às prioridades da região, ao quadro de desconcentração de competências e ao sistema de afectação de recursos públicos; e
- integrado em processos de apropriação local na decisão e responsabilização na execução.

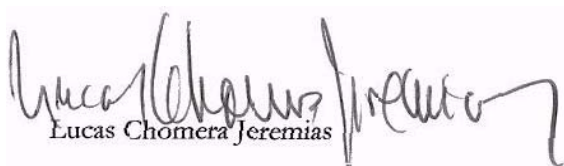
Para a sua elaboração, foram preciosos os contributos recebidos de várias instituições ao nível central e local, de que destacamos, todos os Governos Provinciais e Distritais, o Instituto Nacional de Estatística, o Ministério do Plano e Finanças, o Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural, o Ministério da Educação e o Ministério da Saúde.

A todos os intervenientes e, em particular aos Administradores de Distrito, que estas publicações sejam consideradas como um gesto de agradecimento e devolução. Uma menção de apreço, ainda, ao grupo MÉTIER, Consultoria e Desenvolvimento, pela assistência técnica prestada na análise da vasta informação recolhida.

A finalizar, referir que a publicação destes Perfis insere-se num esforço continuado, por parte do Ministério da Administração Estatal e da sua Direcção Nacional de Administração Local, de monitoria do desenvolvimento institucional da administração pública local e do seu gradual ajustamento às exigências do desenvolvimento e crescimento em Moçambique.

Entusiasmamos, pois, todas as contribuições e comentários que possam fazer chegar a essa Direcção Nacional, no sentido de melhorar e enriquecer o conteúdo futuro dos Perfis.

Maputo, 25 de Setembro de 2005.



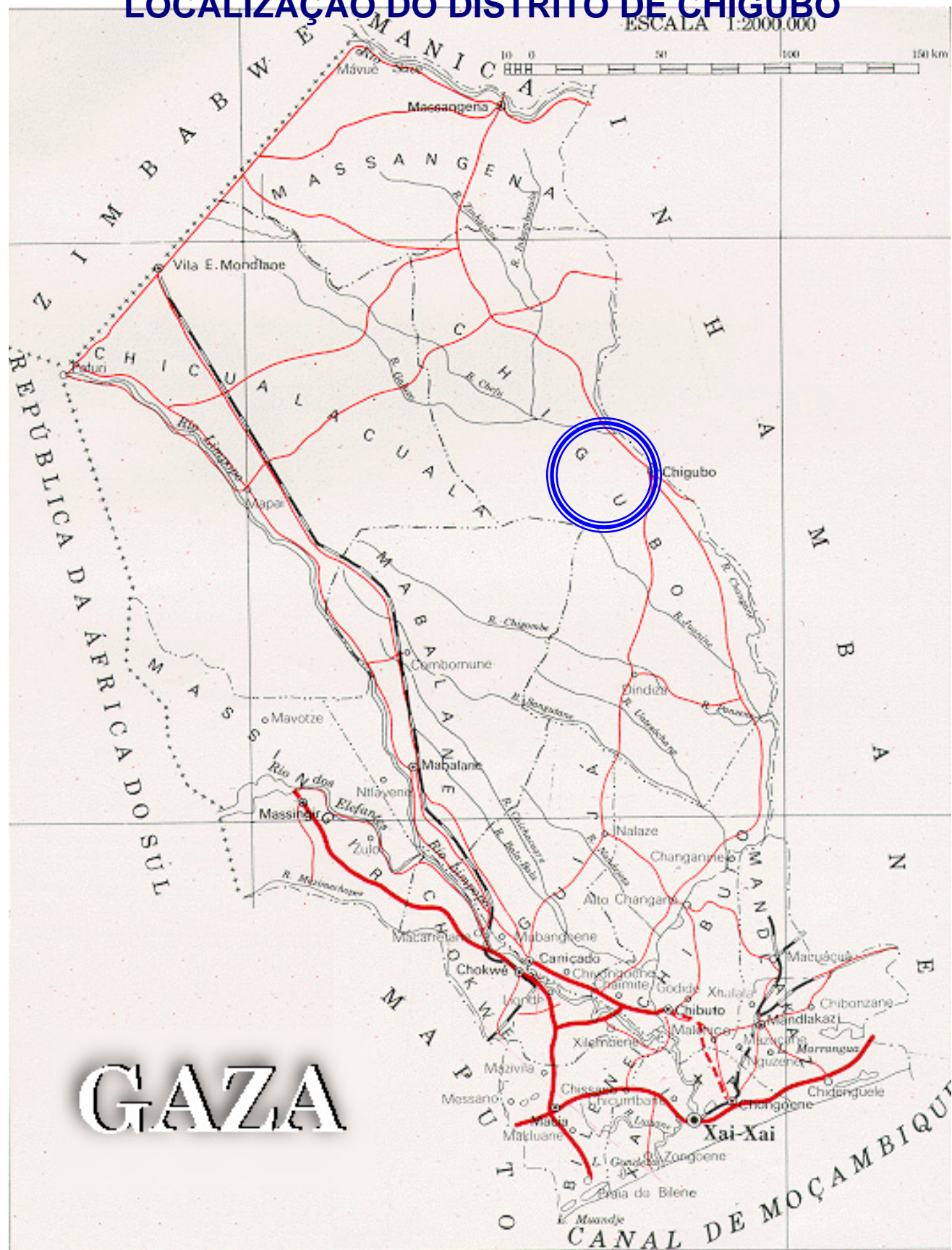
Lucas Chomera Jeremias

Ministro da Administração Estatal

Siglas e Abreviaturas

AD	Administração Distrital
DDADR	Direcção Distrital de Agricultura e Desenvolvimento Rural
DDMCAS	Direcção Distrital da Mulher e Coordenação da Acção Social
DNAL	Direcção Nacional da Administração Local
DNPO	Direcção Nacional do Plano e Orçamento
EDM	Electricidade de Moçambique
EN	Estrada Nacional
IAF	Inquérito aos agregados familiares, sobre o orçamento familiar
INE	Instituto Nacional de Estatística
IRDF	Inquérito às receitas e despesas das famílias
MADER	Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural
MAE	Ministério da Administração Estatal
MPF	Ministério do Plano e Finanças
PA	Posto Administrativo
PIB	Produto Interno Bruto
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRM	Polícia da República de Moçambique
TDM	Telecomunicações de Moçambique

LOCALIZAÇÃO DO DISTRITO DE CHIGUBO



1 Breve Caracterização do Distrito

1.1 Localização, Superfície e População

O distrito de Chigubo, situado a Norte da província de Gaza, está localizado entre os paralelos 33° 30' de longitude Este e 23° 30' de latitude Sul.

Como limites tem a Norte os distritos de Massangena e Chicualacuala; a Sul os distritos de Chibuto e Guijá; a Este a província de Inhambane (distritos de Funhalouro e Panda), e a Oeste os distritos de Chicualacuala e Mabalane.

Com uma superfície¹ de 14.864 km² e uma população recenseada em 1997 de 13.405 habitantes e estimada à data de 1/1/2005 em cerca de 16.698 habitantes, o distrito de Chigubo tem uma densidade populacional de 1,1 hab/km².

A relação de dependência económica potencial é de aproximadamente 1:1.3, isto é, por cada 10 crianças ou anciões existem 13 pessoas em idade activa.

A população é jovem (47%, abaixo dos 15 anos de idade), maioritariamente feminina (taxa de masculinidade de 42%) e de matriz totalmente rural.

1.2 Clima e Hidrografia



O clima do distrito é do tipo árido, com uma precipitação média anual é inferior a 500mm, e uma a evapotranspiração potencial de referência (ET_o) geralmente superior a 1500 mm.

A maior parte da região apresenta temperaturas médias anuais superiores a 24°C. A temperatura elevada agrava consideravelmente as condições de fraca precipitação provocando deficiências de água superiores a 800mm anuais.

Tais condições são agravadas pela grande irregularidade da quantidade de precipitação ao longo da estação chuvosa e por conseguinte a ocorrência de frequentes períodos secos durante o período de crescimento das culturas. A humidade relativa média anual é cerca de 60-65%.

O principal rio da região é o Changane, que banha a faixa leste do distrito, estabelecendo a fronteira com a província de Inhambane.

¹ Direcção Nacional de Terras CADASTRO NACIONAL DE TERRAS <http://www.dinageca.gov.mz/dnt/>

1.3 Relevo e Solos

A maior parte da região tem altitudes inferiores a 200m. Os seus solos são, em geral, delgados, com zonas arenosas característicos da cobertura dos depósitos de Mananga. São ainda de realçar os solos aluvionares que ocorrem ao longo da planície do rio Changane, embora com limitações decorrentes da presença de sais em excesso (i.e. sodicidade). É tropical seco e semi-árido com precipitações anuais baixas que variam entre 200-400mm.

1.4 Infra-estruturas e Serviços

As estradas existentes são insuficientes e necessitam de reparação. O distrito possui três estradas classificadas e algumas ramificações para as localidades mantidas através dos programas comunitários de “comida pelo trabalho”.

O distrito conta apenas com o transporte rodoviário e, em termos de telecomunicações, com ligações via rádio.

O acesso a *energia eléctrica* é praticamente inexistente e a *água* é uma necessidade ainda não satisfeita no distrito, havendo comunidades que se deslocam 5 a 10 km para ter acesso à água.

O distrito de Chigubo possui 26 escolas (das quais, 24 do ensino primário nível 1), e está servido por 5 unidades sanitárias que possibilitam o acesso progressivo da população aos serviços do Sistema Nacional de Saúde.

1.5 Economia

O distrito é pouco povoado devido às suas fracas condições agro-ecológicas. A produção agrícola é feita predominantemente em condições de sequeiro, em regime de consociação das culturas alimentares, nomeadamente mapira e milho, embora os camponeses ainda produzam amendoim e feijão nhemba sem grande sucesso, assim como no caso da cultura do milho.

A irregularidade da precipitação, a grande vulnerabilidade à ocorrência de calamidades naturais nomeadamente secas e cheias, e a baixa aptidão para regadios, torna a agricultura no distrito uma actividade de risco. É a produção pecuária aquela que maior potencial sócio - económico tem nesta região, devido à existência de um estrato gramíneo e arbustivo abundante.

Dados do levantamento dos “Médicos sem Fronteiras” permitem estimar em 1 mês, nas épocas normais, a média de reservas alimentares por agregado familiar de cereais e mandioca.

As fontes de rendimento adicionais são escassas para a população do distrito. Nos períodos de escassez, as famílias recorrem a uma diversidade de estratégias de sobrevivência que incluem a participação em programas de "comida pelo trabalho" a recolha de frutos silvestres, a caça e as remessas de familiares no estrangeiro.

O distrito possui potencial para o desenvolvimento da actividade pecuária, especialmente os bovinos, ovinos e caprinos, nas zonas centro e norte do distrito.

As espécies com potencial comercial são o eucalipto, a chanfuta, a casuarina e o cajueiro. A lenha e o carvão são os principais combustíveis domésticos. A madeira também é usada na construção de casas. O distrito enfrenta problemas de desflorestamento e de erosão, havendo algumas comunidades que têm a fonte de lenha mais próxima a mais de 15 Km de distância.

A caça é um suplemento alimentar importante. A pesca é uma actividade artesanal praticada no rio Changane, sem expressão económica, mas importante na dieta familiar.

A actividade industrial é inexistente e a rede comercial, outrora constituída por 18 lojas, está bastante destruída. Não há delegações bancárias, nem facilidades de crédito.

O distrito de Chigubo tem um grande potencial turístico. O Parque Nacional de Banhine, com uma área de 7 mil Km², abrange os distritos de Chigubo (3.000 km²), Chicualacula e Mabalane.

1.6 Cenário político e sociedade civil

No âmbito da implementação do Decreto 15/2000 sobre as autoridades comunitárias de 1ª e 2ª



linhas (régulos, chefes de terras e secretários de bairro), de acordo com as entidades distritais, foi levado a cabo um trabalho de divulgação do mesmo em todos os Postos Administrativos, Localidades, Aldeias e Povoações, tendo sido envolvidas todas as camadas sociais. Este trabalho culminou com a legitimação pelas respectivas comunidades e o reconhecimento pela autoridade competente de 10 líderes comunitários.

A relação entre a Administração e as autoridades comunitárias é positiva e tem contribuído para a solução dos vários problemas locais, nomeadamente os surgidos devido aos conflitos de terras existentes no distrito.

Em relação à religião existem várias crenças no distrito e representantes das respectivas hierarquias e que se têm envolvido, em coordenação com as autoridades distritais em várias actividades de índole social. A religião dominante é a Sião/Zione, praticada pela maioria da população do distrito.

2 Demografia



A superfície do distrito é de 14.864 km² e a sua população está estimada em 17 mil habitantes à data de 1/1/2005. Com uma densidade populacional aproximada de 1 hab/km², prevê-se que o distrito em 2010 venha a atingir os 19 mil habitantes.

2.1 Estrutura etária e por sexo

Com uma população jovem (47%, abaixo dos 15 anos), o distrito de Chigubo tem um índice de masculinidade de 42% e uma matriz totalmente rural.

A sua estrutura etária reflecte uma relação de dependência económica aproximada de 1:1.3, isto é, por cada 10 crianças ou anciões existem 13 pessoas em idade activa.

TABELA 1: População por posto administrativo, 1/1/2005

	TOTAL	Grupos etários				
		0 - 4	5 - 14	15 - 44	45 - 64	65 e mais
Distrito de Chigubo	16.698	2.850	4.276	6.334	2.336	902
Homens	6.998	1.408	2.066	2.166	1.003	355
Mulheres	9.700	1.442	2.210	4.168	1.333	547
P.A. de Chigubo	8.718	1.528	2.298	3.300	1.143	448
Homens	3.624	752	1.135	1.087	476	173
Mulheres	5.095	776	1.163	2.212	668	275
P.A. de Ndindiza	7.979	1.322	1.978	3.034	1.192	453
Homens	3.374	655	932	1.079	527	182
Mulheres	4.605	666	1.046	1.956	665	272

Fonte: Estimativa da MÉTIER, na base do INE, Dados do Censo de 1997.

2.2 Traço sociológico

Das 2.996 famílias do distrito, metade é do tipo sociológico alargado, isto é, com um ou mais parentes para além de filhos e têm, em média, 3 a 5 membros.

TABELA 2: Agregados, segundo a sua dimensão e tipo sociológico

% de agregados, por dimensão			Média de pessoas, por agregado		
1 - 2	3 - 5	6 e mais	TOTAL	< 15 anos	≥ 15 anos
20,2%	37,7%	42,2%	5,6	2,4	3,2
TIPO SOCIOLÓGICO DE AGREGADO FAMILIAR					
Unipessoal	Monoparental ⁽¹⁾		Nuclear		Alargado ⁽²⁾
	Masculino	Feminino	Com filhos	Sem filhos	
9,0%	1,1%	12,4%	22,7%	4,4%	50,3%

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

1) Família com um dos pais.

2) Família nuclear ou monoparental com ou sem filhos e um ou mais parentes.

Na sua maioria casados, após os 12 anos de idade, têm forte crença religiosa, dominada pela religião Sião ou Zione.

TABELA 3: População, segundo o estado civil e crença religiosa

Com < 12 anos	Com 12 anos ou mais, por Estado civil				
	Total	Solteiro	Casado ou união	Separado/ Divorciado	Viuvo
36,0%	64,0%	19,9%	36,5%	1,3%	6,2%
Com Crença Religiosa					
Total	Católica	Envangélica	Zione	Animista	Outra
100,0%	0,4%	0,3%	31,9%	0,1%	67,4%

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

2.3 Línguas faladas

Tendo por língua materna dominante o Xitsonga, da população do distrito com 5 ou mais anos de idade, 59% têm conhecimento da língua portuguesa, sendo este domínio predominante nos homens, dada a sua maior inserção na vida escolar e no mercado de trabalho.

TABELA 4: População com 5 anos ou mais, e conhecimento de Português

	Sabe falar Português			Não sabe falar Português		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Distrito de Chigubo	15,7%	9,2%	6,5%	84,3%	31,1%	53,2%
5 - 9 anos	1,4%	0,7%	0,7%	15,6%	7,4%	8,1%
10 - 14 anos	4,5%	2,6%	1,9%	9,3%	4,1%	5,2%
15 - 19 anos	3,9%	2,1%	1,7%	8,4%	3,7%	4,7%
20 - 44 anos	4,8%	2,8%	2,0%	28,6%	7,0%	21,6%
45 anos e mais	1,1%	1,0%	0,1%	22,3%	8,8%	13,5%

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

2.4 Analfabetismo e Escolarização

Com 82% da população analfabeta, predominantemente mulheres, o distrito de Chigubo tem uma taxa de escolarização baixa, constatando-se que somente 20% dos seus habitantes, principalmente residentes na sede, frequentam ou já frequentaram a primária.

TABELA 5: População com 5 ou mais anos, e alfabetização, 1997

	Taxa de analfabetismo		
	TOTAL	Homens	Mulheres
Distrito de Chigubo	82,3%	72,7%	88,8%
5 - 9	94,4%	93,7%	95,1%
10 - 14	70,1%	64,5%	75,3%
15 - 44	77,6%	62,2%	85,6%
45 e mais	89,8%	77,3%	98,9%

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

3 Habitação e Condições de Vida

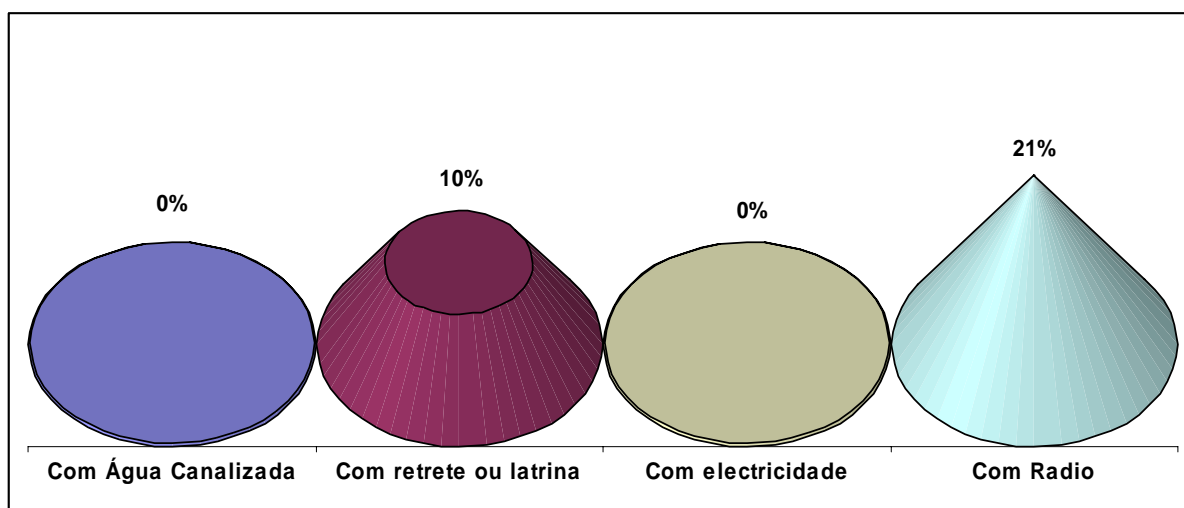


O tipo de habitação modal do distrito é “a palhota, com pavimento de terra batida, tecto de capim ou colmo e paredes de caniço ou paus”.

Em relação a outras utilidades, o padrão dominante e generalizado no distrito de Chigubo

é o de famílias “sem rádio e electricidade, dispondo de uma bicicleta em cada seis famílias, e vivendo em palhotas sem latrina e água colhida directamente em poços ou furos ou no rio e lagos”.

FIGURA 1: Famílias, segundo as condições de vida



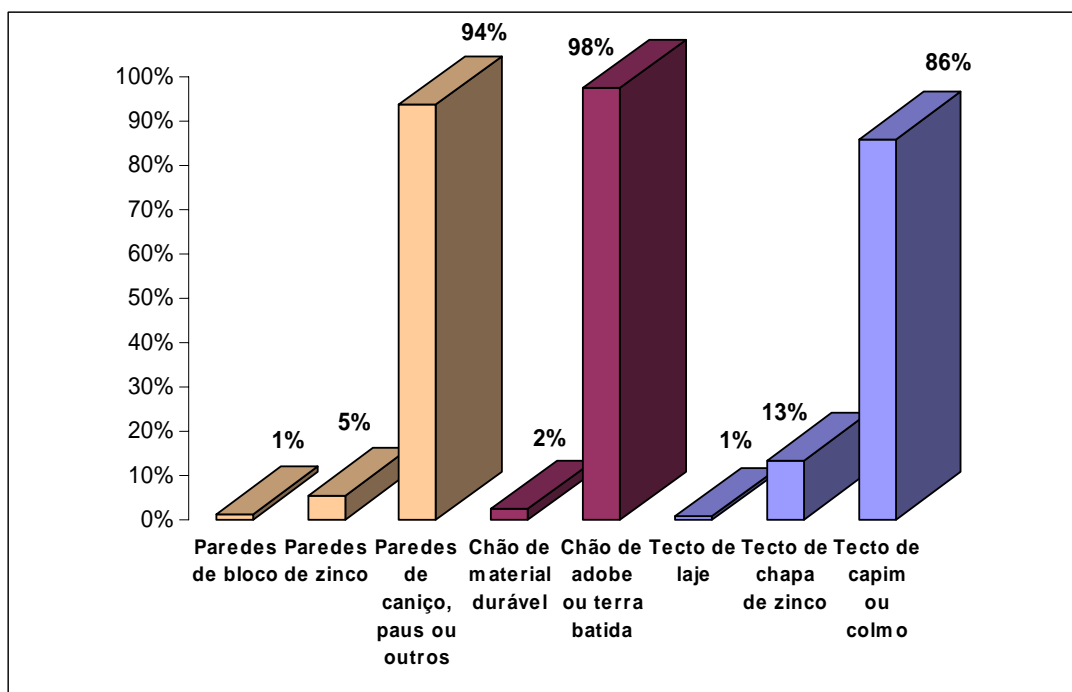
Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

TABELA 6: Famílias, segundo as condições básicas de vida

CONDIÇÕES BÁSICAS EXISTENTES	TOTAL		TIPO DE HABITAÇÃO					
			Moradia ou Apartamento		Casa de madeira e zinco		Palhota ou casa precária	
	Casas	Pessoas	Casas	Pessoas	Casas	Pessoas	Casas	Pessoas
Com Água Canalizada	0%	0%	14%	22%	0%	0%	0%	0%
Com retrete ou latrina	10%	11%	51%	60%	7%	7%	9%	10%
Com electricidade	0%	0%	11%	18%	1%	1%	0%	0%
Com Radio	21%	26%	46%	38%	46%	51%	19%	25%

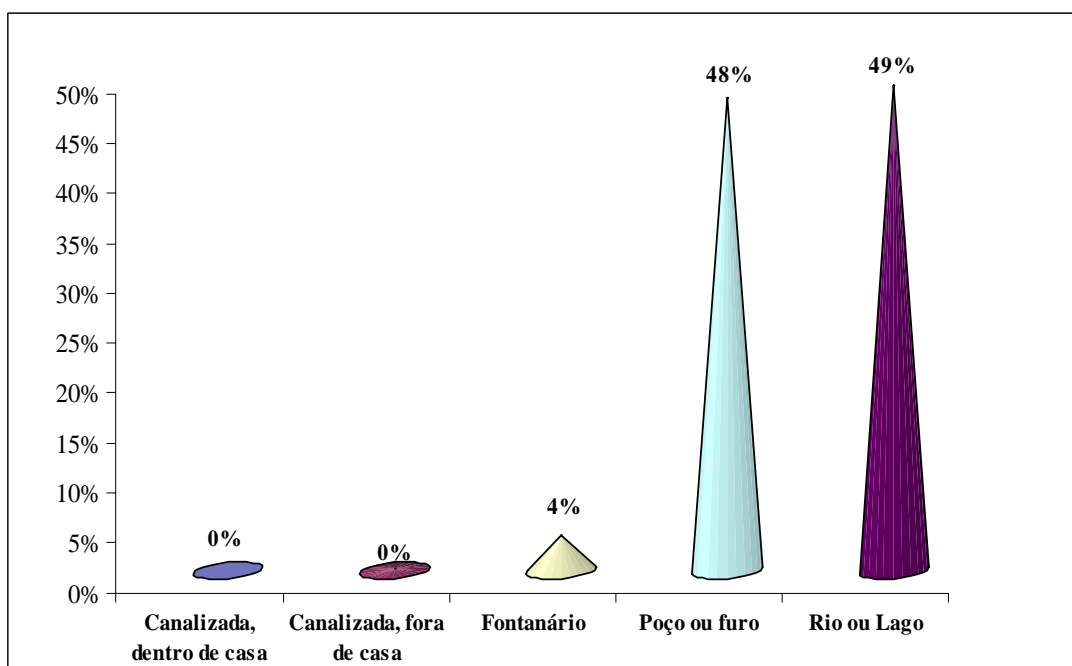
Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

No que diz respeito às paredes, pavimento e tecto, o material de construção dominante é, respectivamente o caniço ou paus, a terra batida e o capim ou colmo.

FIGURA 2: Habitações segundo o tipo de material

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

Em particular, no que concerne às fontes de abastecimento de água, verifica-se que a quase totalidade (96%) da população do distrito recorre directamente a poços ou furos ou rios ou lagos.

FIGURA 3: Habitações segundo o tipo de acesso a água

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

4 Organização Administrativa e Governação

A região de Chigubo era, até 1986, um Posto Administrativo do distrito de Chicualacuala, tendo passado ao estatuto de distrito aquando da última *Organização Político-Administrativa* aprovada pela Assembleia da República, através da Resolução n.º 6/86 de 25 de Julho, publicada pelo Boletim da República n.º 30 I Série, passando a ter a seguinte divisão administrativa:

Posto Administrativo	Localidades
Chigubo	Zinhane Machaíla
Ndindiza	Ndindiza Nhanale





4.1 Governo Distrital

O Governo Distrital, dirigido pelo Administrador de Distrito, está estruturado nos seguintes níveis de direcção e coordenação:



- Gabinete do Administrador, Administração e Secretaria;
- Direcção Distrital da Agricultura e Desenvolvimento Rural;
- Direcção Distrital do Comércio, Indústria e Turismo;
- Direcção Distrital da Educação;
- Direcção Distrital da Saúde;
- Direcção Distrital da Cultura, Juventude e Desporto;
- Direcção Distrital das Mulher e Coordenação da Acção Social;
- Órgãos de Justiça (Registo e Notariado e Tribunal Judicial);
- Comando Distrital da PRM.

Com um total de 18 funcionários (dos quais, 4 são mulheres), apresenta a seguinte distribuição por categorias profissionais:

	Técnicos Médios	1
	Assistentes Técnicos	7
	Operários, Auxiliares Administrativos e Agentes de Serviço	6
	Pessoal auxiliar	4

O sistema de governação vigente é baseado no Conselho Executivo. Em resultado da aprovação das Leis 6/78 e 7/78, este substituiu a Câmara Municipal local que era dirigida pelo Administrador do Distrito, por acumulação de funções, por força do artigo 491 da Reforma Administrativa Ultramarina (RAU).

O Conselho Executivo local é um órgão distinto do Aparelho do Estado no escalão correspondente, com as seguintes funções:

- ✚ Dirigir as tarefas políticas do Estado, bem como as de carácter económico, social e cultural.
- ✚ Dirigir, coordenar e controlar o funcionamento dos órgãos do Aparelho do Estado.

O Conselho Executivo é dirigido por um Presidente, que geralmente por acumulação de funções é o Administrador do Distrito, o qual é nomeado pelo Ministro da Administração Estatal.

Ao nível do distrito o Aparelho do Estado é constituído pela Administração do Distrito e restantes direcções e sectores distritais. O Administrador por sua vez responde perante o Governo Provincial e Central, pelos vários sectores de actividades do Distrito organizados em Direcções e Sectores Distritais.

A governação tem por base os Presidentes das Localidades, Autoridades Comunitárias e Tradicionais. Os Presidentes das Localidades são representantes da Administração e subordinam-se ao Chefe do Posto Administrativo e, consequentemente, ao Administrador Distrital, sendo coadjuvados pelos Chefes de Aldeias, Secretários de Bairros, Chefes de Quarteirões e Chefes de Blocos.

As instituições do distrito operam com base nas normas de funcionamento dos serviços da Administração Pública, aprovadas pelo Decreto 30/2001 de 15 de Outubro, do Conselho de Ministros, publicado no Boletim da república nº 41, I Série, Suplemento.

A actividade do governo distrital segue uma abordagem essencialmente empírica e de contacto com a comunidade. Importa que esta prática venha a ser sistematizada em sistemas de planificação e controlo regulares e fiáveis, bem como seja baseada numa visão estratégica que oriente o planeamento anual e faça convergir de forma eficaz os esforços sectoriais.

4.2 Síntese dos resultados da actividade dos órgãos distritais

Nesta secção, sem pretender ser exaustivo transcrevendo o rol de funções oficiais das Administrações já publicadas oficialmente, focam-se as principais actividades de intervenção pública directa que contribuem para o desenvolvimento social e económico do distrito.

4.2.1 Agricultura, Turismo e Desenvolvimento Rural

O distrito é pouco povoado devido às suas fracas condições agro-ecológicas. A produção agrícola é feita predominantemente em condições de sequeiro, em regime de consociação das

culturas alimentares, nomeadamente mapira e milho, embora os camponeses ainda produzam amendoim e feijão nhemba sem grande sucesso, assim como no caso da cultura do milho.

Nos períodos de escassez, as famílias recorrem a uma diversidade de estratégias de sobrevivência que incluem a participação em programas de "comida pelo trabalho" a recolha de frutos silvestres, a caça e as remessas de familiares no estrangeiro.

O distrito enfrenta problemas de desflorestamento e de erosão, havendo algumas comunidades que têm a fonte de lenha mais próxima a mais de 15 Km de distância.

A pesca no distrito é uma actividade artesanal (praticada no rio Changane), sem expressão económica mas, com um papel importante para a dieta das famílias. Os líderes locais desempenham um papel importante na determinação dos períodos de defeso e gestão do recurso.

O distrito de Chicualacuala tem um grande potencial turístico e ecológico. O Parque Nacional de Banhine, com uma área de 7 mil Km², abrange os distritos de Chigubo (3.000 km²), Chicualacula e Mabalane, faz parte da Área de Conservação Transfronteiriça do Limpopo.

Contudo, atrasos na tomada de decisões importantes sobre a gestão do futuro parque, incapacidade financeira por parte do sector público e a falta de experiência na gestão de empreendimentos desta natureza, levam a que o parque continue subaproveitado.

Existe um núcleo distrital de meio ambiente, cujo principal papel tem sido a motivação das comunidades para o uso sustentável dos recursos naturais, bem como sobre a importância da protecção e reposição florestal.

4.2.2 Obras Públicas e Habitação

Tem a seu cargo a execução do investimento e promoção da manutenção de infra-estruturas locais, nomeadamente:

🚧 **Estradas e pontes:** No âmbito do programa “Comida pelo Trabalho”, foi construída uma estrada de Nhanal a Nhanguenha com 20 km e foram reabilitados, com o envolvimento de cerca de 600 pessoas, alguns troços das vias de acesso no PA de Chigubo (num total de 167km) e do PA de Ndindiza (num total de 110km).

🚰 **Abastecimento de água:** Foram abertos cinco furos de água, dois em Tchelefo, um em Malopane, um em Queque, área do Posto Administrativo de Ndindiza e um em Machaíla, área do Posto Administrativo de Chigubo – Zinhane, e dois poços de céu aberto em Machaíla.

A abertura de furos de água no distrito provou não ser a decisão certa, uma vez que a água encontrada é salobra, razão porque se iniciou o processo de abertura de represas e construção de cisternas, tendo sido já construídas duas cisternas (uma em Ndindiza e outra em Machaíla) e uma represa com capacidade para 15 000 m³ em Ndindiza.

🏠 **Imóveis na posse do governo distrital:** Foi construída uma casa pré-fabricada de tipo 3 para residência do Chefe do Posto Administrativo de Ndindiza e reabilitada e mobilada a residência do Administrador.

De notar que o estado geral de conservação e manutenção das infra-estruturas é fraco, sendo de realçar a necessidade de afectação de recursos públicos para a sua reabilitação corrente.

4.2.3 Educação e Saúde

A maioria da população (82%) do distrito é analfabeta e somente 20% das pessoas com 5 ou mais anos de idade, frequentam ou já frequentaram o ensino primário.

A rede escolar é insuficiente, existindo 26 (24 do ensino primário nível 1 e 2 do EP 2), que são frequentadas por cerca de 3 mil estudantes ensinados por 76 professores. Esta situação é agravado por taxas de aproveitamento baixas na generalidade do distrito e por a maioria dos professores terem uma formação escolar baixa, em média com a 6^a e dois ano de estágio pedagógico, o que condiciona bastante a qualidade do ensino ministrado.

A rede de saúde do distrito é, igualmente, insuficiente, evidenciando os seguintes índices de cobertura média:

- Uma unidade sanitária por cada 3.340 pessoas;
- Uma cama por 1.193 habitantes; e
- Um profissional técnico para cada 2.385 residentes no distrito.

O distrito não tem nenhum hospital nem centro de saúde, estando dotado somente de 5 postos de saúde, com uma maternidade e 7 técnicos de formação básica ou elementar.

4.2.4 Cultura, Juventude e Desporto

Na área da cultura existem vários grupos que praticam diverso tipo de danças e cânticos típicos de toda a região sul. No concernente à juventude, destaca-se a existência de grupos activistas e associações juvenis que se dedicam a motivar boas práticas entre os seus concidadãos.

O Projecto das areias pesadas, no quadro do seu apoio à comunidade, procedeu à oferta de material para grupos corais do distrito.

A DDCJD tem promovido várias actividades, nomeadamente a participação no II Festival Nacional de Dança Popular, o fomento do associativismo juvenil e de grupos culturais, bem como o apoio ao desenvolvimento das artes plásticas, em particular a escultura.

4.2.5 Mulher e Coordenação da Acção Social

À DDMCAS compete coordenar a integração e assistência social a pessoas, famílias e grupos sociais em situação de pobreza absoluta, dando prioridade à criança órfã, mulher viúva, idosos e deficientes, doentes crónicos e portadores do HIV-SIDA, reclusos, tóxico-dependentes, regressados e refugiados. Esta Direcção tem coordenado as acções de algumas organizações não governamentais, tendo com o activo apoio da comunidade desenvolvido os seguintes programas de acção social.

TABELA 7: Programas de acção social, 2000-2003

Tipo ou Programa	Total
Crianças atendidas	2578
Idosos atendidos	37
Deficientes atendidos	40
Mulheres atendidas	645
TOTAL	3300

Fonte: Direcção Distrital da Mulher e Coordenação da Acção Social

4.2.6 Justiça, Ordem e Segurança pública

Os serviços de justiça no distrito estão representados pela conservatória do registo civil, representada na sede distrital e nos PA de Ndindiza e Zinhane, onde existe alguma concentração populacional.

A representação da Polícia da República de Moçambique no distrito é bastante reduzida, não existem meios de comunicação nem postos policiais nos Postos Administrativos. Esta situação faz com que o sistema de segurança do distrito seja baseado na participação comunitária que se encarrega pela denúncia e encaminhamento de casos criminais para as estruturas de direito, que são em geral pequenos roubos e pouco frequentes.

4.3 Actividade de desminagem

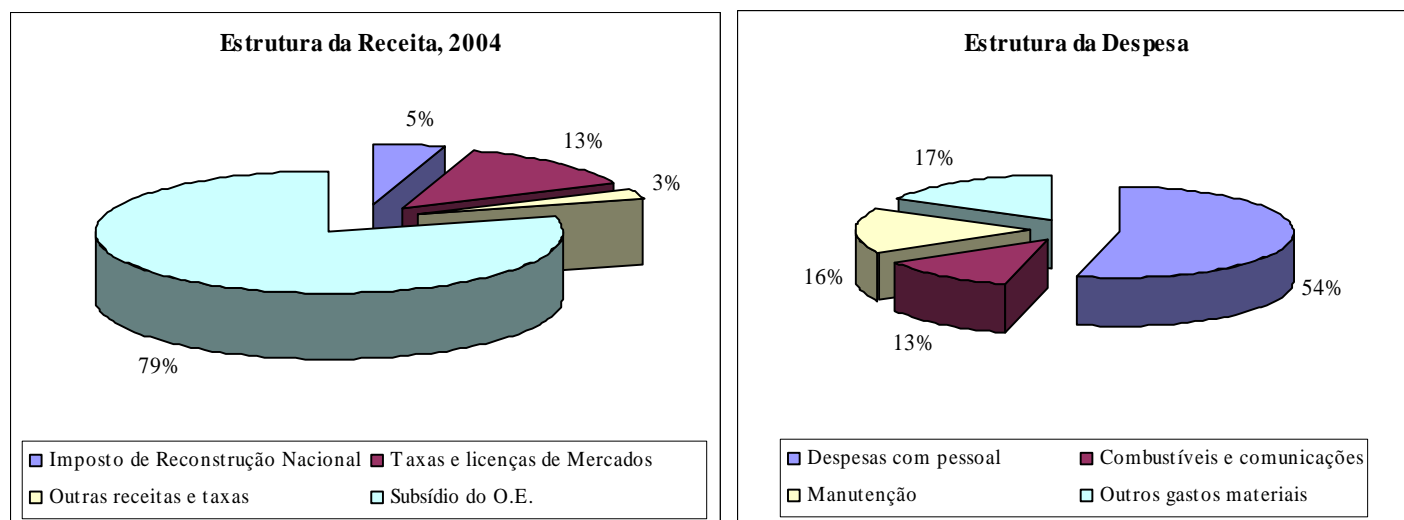
As minas constituem, em algumas zonas identificadas, uma ameaça à segurança da população e ao desenvolvimento económico. A acção de desminagem em curso no país desde 1992, tem permitido diminuir o risco deste problema, sendo hoje a situação existente no país e, em particular neste distrito, muito melhor controlada e conhecida, não havendo actualmente zonas com minas identificadas na região.

4.4 Finanças Públicas

A Administração do Distrito, sem inclusão das instituições subordinadas e unidades sociais, funcionou nos últimos anos com os seguintes níveis de receitas e despesas anuais.



FIGURA 4: Estrutura da Receita e da Despesa do Orçamento, 2004



Fonte: Administração do Distrito e Direcção Provincial do Plano e Finanças

O nível de receita é manifestamente insuficiente ao cabal exercício das funções distritais. A despesa corrente do orçamento distrital em 2004 foi de 42 contos por habitante, isto é, cerca de 2 USD.

Do lado da despesa, os gastos com pessoal absorvem metade do orçamento corrente do distrito e, à excepção das cobranças de mercados e algumas receitas de serviços, turismo e urbanismo, o esforço fiscal distrital é quase nulo.

O investimento correspondeu no período em análise a cerca de 20% da despesa total do distrito, tendo estado bastante associado à reabilitação de infra-estruturas destruídas ou danificadas pelas cheias.

Quanto ao investimento corrente de base distrital, o seu montante é quase nulo, sendo quase todas as acções de investimento público planificadas e orçamentadas ao nível provincial, funcionando os principais sectores sociais com finanças geridas a este nível.

À governação distrital compete essencialmente a gestão corrente, fraccionada pela dispersão orçamental dos principais sectores sociais e de infra-estruturas, o que condiciona fortemente a sua actuação num esforço coordenado de desenvolvimento e integração.

4.5 Constrangimentos à acção do Governo Distrital

Na sua acção, o Governo Distrital tem tido vários constrangimentos, de que se destacam os seguintes de ordem financeira e logística:

- ✚ Insuficiência de quadros qualificados na Administração Distrital e Secretaria dos Postos Administrativos e outras instituições;
- ✚ Insuficiência de meios financeiros e circulantes, nomeadamente viaturas e motorizadas;
- ✚ Morosidade de libertação de fundos pela Direcção Provincial do Plano e Finanças para as várias acções planificadas e dotadas, derivada de problemas de liquidez;
- ✚ Más condições de trabalho dos Chefes dos Postos Administrativos;
- ✚ Estado avançado de degradação das instalações da Administração e da residência do Administrador Distrital, bem como das residências dos funcionários;
- ✚ Não alocação de fundos de investimentos para manutenção das vias de acesso; e
- ✚ Falta de fundos de investimento para manutenção e ampliação da rede de água, escolas e saúde.

4.6 Apoio externo e comunitário

Face a esta situação, o apoio de vários organismos de cooperação à actuação do Governo Distrital tem tido fundamental, promovendo programas sociais de assistência, protecção do ambiente e desenvolvimento rural, que desempenham um papel activo e importante no apoio à reconstrução e desenvolvimento locais. Neste âmbito é de destacar a acção da CARITAS para as áreas sociais, e do PMA nos programas “*Comida pelo Trabalho*”.

Com este apoio, foram igualmente adquiridos três rádios de comunicação que se encontram a funcionar, estando um na Sede e dois nos Postos Administrativos, bem como duas motorizadas (uma para o PA de Chigubo e outra para o PA de Ndindiza).

A SASOL, no âmbito do programa de apoio para o desenvolvimento social em Gaza, em complemento da construção do *pipeline* de exportação de gás dos campos de Temane e Panda, na província de Inhambane, para a África do Sul (Complexo de Secunda), tem igualmente apoiado a reabilitação de algumas infra-estruturas do distrito.

A participação comunitária tem sido, igualmente, essencial para suprir várias necessidades em infra-estruturas, face à falta de fundos existente, de que se destaca o seu activo envolvimento na manutenção de estradas, construção e reabilitação de salas de aulas com material local e habitações para professores e pessoal técnico de saúde.

5 Uso do Solo²



A informação deste capítulo tem por objectivo analisar os traços gerais que caracterizam a base agrária do distrito, de forma a permitir inferir sobre eventuais cenários de intervenção que reforcem o sector no contexto do processo de desenvolvimento distrital.

Apesar das limitações inerentes à natureza e grau de fiabilidade dos dados que suportaram a análise, este capítulo evidencia os principais pontos fortes que fazem deste sector veículo de

intervenção privilegiado do desenvolvimento económico e social deste distrito. Referirmo-nos, entre outros, ao facto de:

- ✚ Ser a actividade dominante em praticamente todo o distrito;
- ✚ Esta actividade fazer parte dos hábitos e costumes da população;
- ✚ A actividade ser praticada pela maioria dos agregados familiares do distrito;
- ✚ Constituir a maior fonte de emprego e de rendimento da população;
- ✚ As condições naturais permitirem a prática da actividade.

5.1 Posse da terra

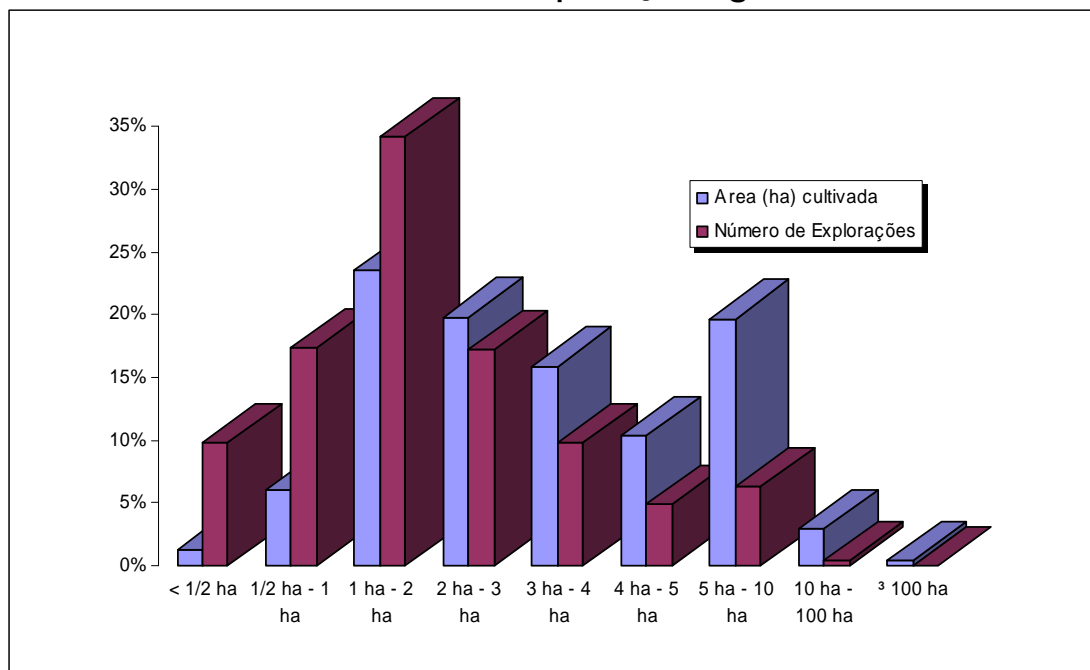
Com uma densidade populacional baixa, têm havido, porém, alguns conflitos sobre a posse de terra, áreas para pastagem, água ou lenha, que as autoridades distritais em conjunto com as comunidades locais têm solucionado.

O distrito possui cerca de 2.500 explorações agrícolas com uma área média é de 4.3 hectares. Com um grau de exploração familiar dominante, 61% das explorações do distrito têm menos de 2 hectares, apesar de ocuparem somente 30% da área cultivada. Este padrão desigual da distribuição das áreas fica evidente se referirmos que 50% da área cultivada pertence a somente 20% das explorações do distrito.

² Baseado em trabalho analítico da MÉTIER, suportado pelos dados do INE do Censo Agro-pecuário de 1999-2000. Apesar de se tratar de extrapolação s a partir duma amostra cuja representatividade ao nível distrital é baixa, considera-se que – do ponto de vista da análise da estrutura de uso e exploração da terra - os seus resultados são um bom retrato das características essenciais do distrito. Aconselha-se, pois, que mais do que os seus valores absolutos, este capítulo seja analisado tendo em vista absorver os principais aspectos estruturais da actividade agrária.

Na sua maioria os terrenos não estão titulados e, quando explorados em regime familiar, têm como responsável, em quase 80% dos casos, o homem da família.

FIGURA 5: Estrutura de base da exploração agrária da terra



Fonte de dados: Instituto Nacional de Estatística, Censo agro-pecuário, 1999-2000

No que respeita à posse da terra, mais de metade das 6.500 parcelas em que estão divididas as explorações são tradicionalmente pertença das famílias da região, sendo transmitidas por herança aos filhos. Abrangendo em muitos casos pequenas explorações, o seu peso específico em termos de área é, porém, de somente 30%. Um terço das parcelas agrícolas pertencem às autoridades tradicionais e oficiais do distrito.

5.2 Trabalho agrícola

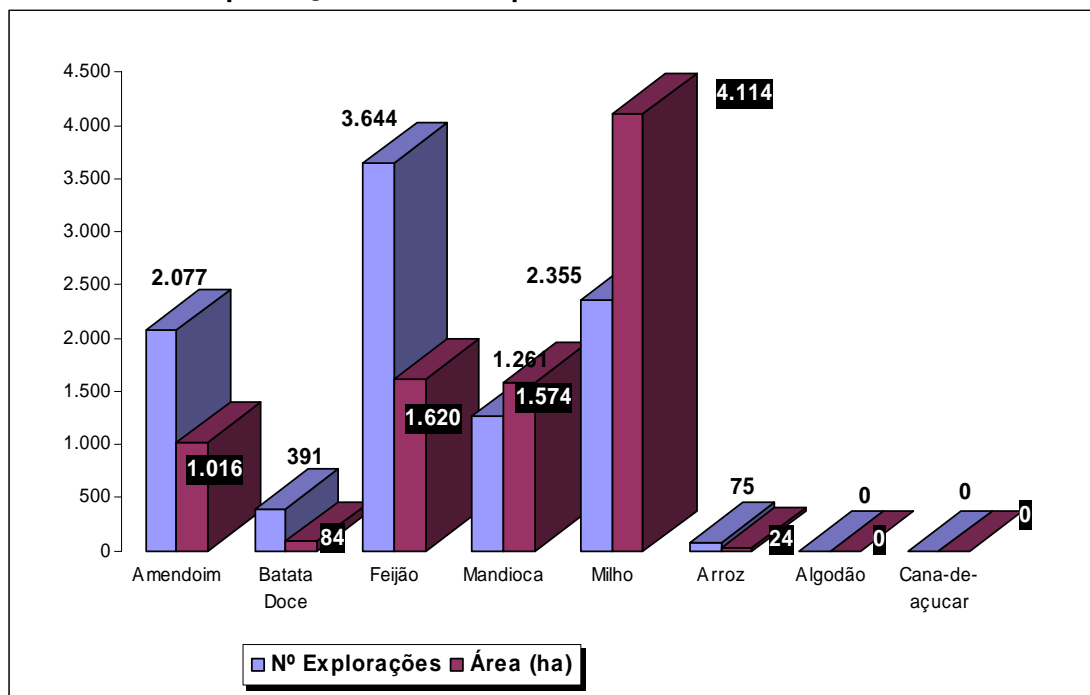
Dada a composição alargada da maioria dos agregados moçambicanos, a estrutura de exploração agrícola do distrito reflecte a base da economia familiar, constatando-se que 85% das explorações são cultivadas por 3 ou mais membros do agregado familiar.

Estas explorações estão divididas em cerca de 6.500 parcelas, metade com menos de meio hectare e exploradas em 60% dos casos por mulheres. De realçar que 30% do total de agricultores são crianças menores de 10 anos de idade, de ambos os sexos.

5.3 Utilização económica do solo

A maioria da terra é explorada em regime de consociação de culturas alimentares, nomeadamente o milho, mandioca, feijão nhemba, amendoim, batata-doce e arroz, e o tecido agrícola do distrito tem um nível de adopção tecnológica baixo.

FIGURA 6: Explorações e área, por culturas



Fonte de dados: Instituto Nacional de Estatística, Censo agro-pecuário, 1999-2000

Para além das culturas alimentares, o distrito tem um apreciável número de variadas fruteiras e cajueiros.

No distrito existem cerca de 2 mil criadores de pecuária e 3 mil de avicultura, a maior parte em regime familiar.

Os dados disponíveis apontam para uma estrutura de comercialização da produção que varia de 1% nos bovinos a 10% nos bicos constituindo, para além do seu valor alimentar, uma fonte importante de rendimento familiar.

A produção não agrícola constitui igualmente fonte importante de rendimento da população do distrito. Deriva, essencialmente, da venda de madeira, lenha, caniço e carvão, bem como da actividade pesqueira e artesanal, efectuado por um conjunto de centenas de explorações.

6 Educação

A maioria da população (82%) do distrito é analfabeta e somente 20% das pessoas com 5 ou mais anos de idade, predominantemente homens, frequentam ou já frequentaram o ensino primário.

TABELA 8: População com 5 anos ou mais, e frequência escolar

	POPULAÇÃO QUE:								
	FREQUENTA			FREQUENTOU			NUNCA FREQUENTOU		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
DISTRITO DE CHIGUBO	10,3%	6,1%	4,3%	10,0%	5,6%	4,4%	79,7%	28,6%	51,0%
P. A. de CHIGUBO	12,7%	7,5%	5,2%	8,7%	5,0%	3,7%	78,7%	27,5%	51,2%
P. A. de NDINDIZA	7,8%	4,6%	3,2%	11,4%	6,3%	5,1%	80,7%	29,9%	50,8%

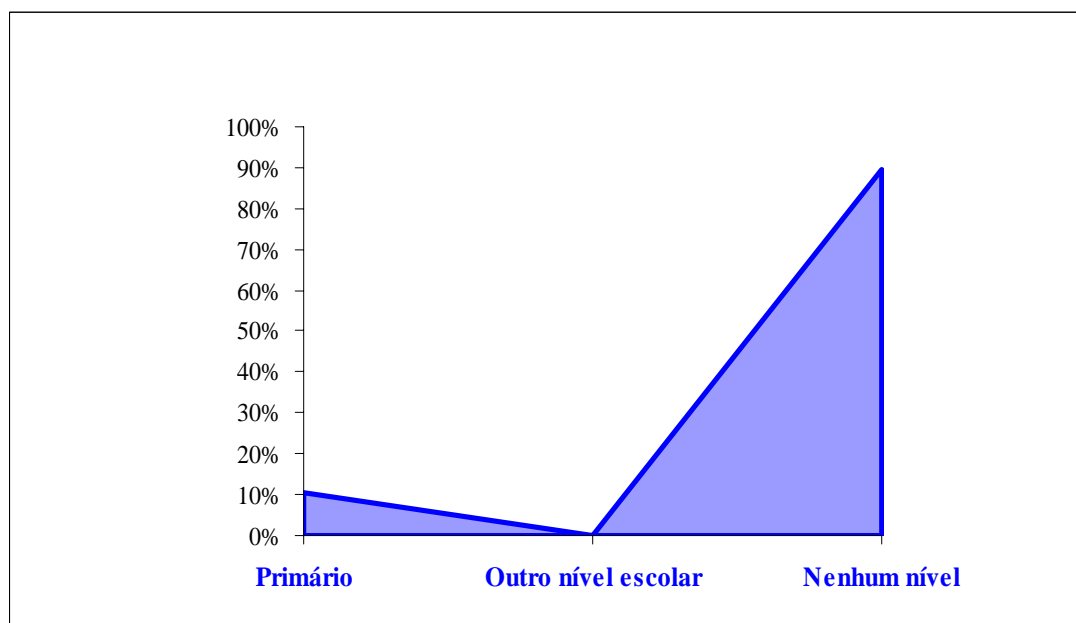
Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.



A maior taxa de adesão escolar verifica-se no grupo etário dos 10 a 14 anos, onde 61% das crianças frequenta a escola, seguido do grupo de 5 a 9 anos, o que reflecte a tardia entrada na escola da maioria das crianças rurais.

A maioria destas crianças são rapazes que frequentam o ensino primário, dada a insuficiente ou inexistente rede escolar dos restantes níveis de ensino no distrito.

FIGURA 7: População com 5 anos ou mais, e ensino que frequenta



Fonte de dados: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

TABELA 9: População com 5 anos ou mais, e ensino que frequenta

	NÍVEL DE ENSINO QUE FREQUENTA							Nenhum nível
	Total	Alfab.	Primário	Secund.	Técnico	C.F.P.	Superior	
Distrito de Chigubo	10,3%	0,0%	10,3%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	89,7%
5 - 9 anos	15,1%	0,0%	15,1%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	84,9%
10 - 14 anos	38,0%	0,0%	38,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	62,0%
15 - 19 anos	17,8%	0,0%	17,8%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	82,2%
20 - 24 anos	2,4%	0,0%	2,3%	0,1%	0,0%	0,0%	0,0%	97,6%
25 e + anos	0,2%	0,0%	0,2%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	99,8%
Homens	15,1%	0,0%	15,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	84,9%
Mulheres	7,1%	0,0%	7,1%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	92,9%

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

Do total de população do distrito com mais de 5 anos de idade, verifica-se que somente 3% concluiu o ensino primário.

TABELA 10: População com 5 anos ou mais, e ensino concluído

	NÍVEL DE ENSINO CONCLUÍDO							Nenhum
	TOTAL	Alfab.	Primário	Secund.	Técnico	C.F.P.	Superior	
Distrito de Chigubo	3,4%	0,4%	2,8%	0,1%	0,0%	0,1%	0,0%	96,6%
5 - 9 anos	0,5%	0,0%	0,5%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	99,5%
10 - 14 anos	1,7%	0,0%	1,7%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	98,3%
15 - 19 anos	7,2%	0,1%	6,9%	0,0%	0,1%	0,0%	0,0%	92,8%
20 - 24 anos	8,8%	0,4%	7,3%	0,2%	0,1%	0,8%	0,0%	91,2%
25 e + anos	2,9%	0,8%	1,9%	0,1%	0,0%	0,1%	0,0%	97,1%
Homens	5,4%	0,8%	4,1%	0,2%	0,1%	0,2%	0,0%	94,6%
Mulheres	2,1%	0,2%	1,9%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	97,9%

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

A situação global descrita reflecte, para além de factores socio-económicos, o facto de a rede escolar existente e o efectivo de professores, apesar de terem vindo a evoluir a um ritmo significativo, serem insuficientes, o que é agravado por taxas de aproveitamento baixas em algumas localidades do distrito.

TABELA 11: Escolas, Alunos E Professores, 2003

NÍVEIS DE ENSINO	Nº de Escolas	Nº de Alunos		Nº de Professores	
		M	HM	M	HM
TOTAL DO DISTRITO	26	1.062	2.637	31	76
EP1	24	1.014	2.516	31	76
EP2	2	48	121	0	0

Fonte: Administração do Distrito e Direcção Provincial da Educação

EP1 - 1º a 5º anos; EP2 - 6º e 7º anos.

A maioria dos professores das escolas do distrito tem uma formação escolar baixa, em média com a 6ª e dois anos de estágio pedagógico, o que condiciona bastante a qualidade do ensino.

7 Saúde e Acção Social

7.1 Cuidados de saúde e quadro epidemiológico



A rede de saúde do distrito, apesar de estar a evoluir a um ritmo significativo, é insuficiente, evidenciando os seguintes índices de cobertura média:

- Uma unidade sanitária por cada 3.340 pessoas;
- Uma cama por 1.193 habitantes; e
- Um profissional técnico para cada 2.385 residentes no distrito.

TABELA 12: Unidades de saúde, Camas e Pessoal – 2003

Unidades, Camas e Pessoal existente	Tipo de Unidades Sanitárias		Pessoal existente por sexo		
	Total de Unidades	Postos de Saúde	HM	H	M
Nº de Unidades	5	5			
Nº de Camas	14	14			
Pessoal Total	9	9	9	3	6
- Licenciados	0	0	0	0	0
- Nível Médio	0	0	0	0	0
- Nível Básico	3	3	3	1	2
- Nível Elementar	4	4	4	0	4
- Pessoal de apoio	2	2	2	1	1

Fonte: Administração do Distrito e Direcção Provincial da Saúde

Nota: O posto de saúde de Chigubo tem maternidade..

A Direcção Distrital de saúde distribui regularmente por cada Centro de Saúde “Kits A e B” e pelos Postos de Saúde “Kits B”. A tabela seguinte apresenta a evolução de alguns indicadores do grau de acesso aos serviços do Sistema Nacional de Saúde, que comprovam a evolução positiva do sector nos últimos anos.

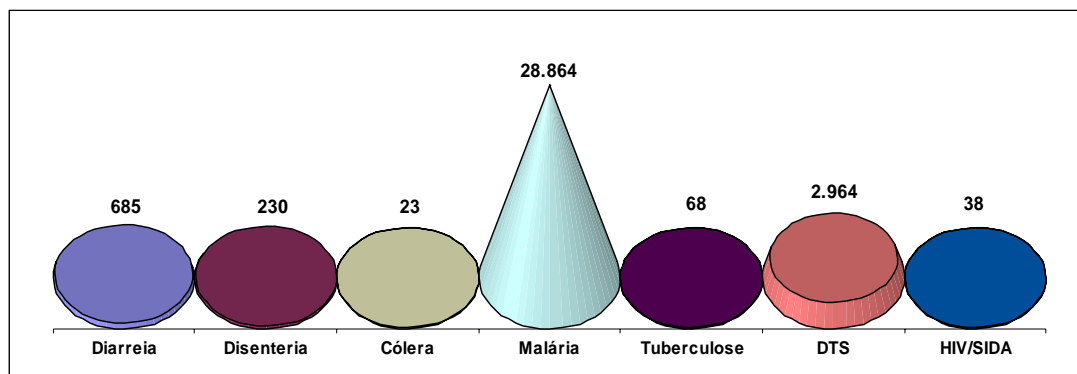
TABELA 13: Prestação de serviços de cuidados de saúde, 2003

Indicadores	2003
Taxa de ocupação de camas	80%
Partos	366
Vacinação	6.802
Saúde materno-infantil	10.316
Consultas externas	14.658
Taxa de mortalidade hospitalar	11,0%
Taxa de baixo peso à nascença	13,5%
Taxa de mau crescimento	9,0%

Fonte: Administração do Distrito e Direcção Provincial da Saúde

O quadro epidemiológico do distrito é dominado pela malária, diarreia e DTS e SIDA que, no seu conjunto, representam quase a totalidade dos casos de doenças notificados no distrito.

FIGURA 8: Quadro epidemiológico, 2003



Fonte: Administração do Distrito e Direcção Provincial da Saúde

7.2 Acção Social



A integração e assistência social a pessoas, famílias e grupos sociais em situação de pobreza absoluta, dá prioridade à criança órfã, mulher viúva, idosos e deficientes, doentes crónicos e portadores do HIV-SIDA, tóxico-dependentes e regressados.

Em Chigubo existem, segundo os dados do Censo de 1997, cerca de 4.500 órfãos (dos quais 28% de pai e mãe) e cerca de 300 deficientes (69% com debilidade física, 11% com doenças mentais e 20% com ambos os tipos de doença).

TABELA 14: População de 5 anos ou mais, e orfandade, 1997

Distrito de Chigubo	4.490
Homens	1.693
Mulheres	2.797
5 - 9 anos	1827
10 - 14 anos	1450
15 - 19 anos	1213
20 e mais anos	2.210
<i>Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.</i>	

TABELA 15: População deficiente, por grupo etário, 1997

Posto administrativo e Idade	TOTAL	Física	Mental	Ambas
Distrito de Chigubo	313	227	36	50
0 - 14	37	20	5	12
15 - 44	144	94	18	32
45 e mais	132	113	13	6

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

Esta Direcção tem coordenado as acções de algumas organizações não governamentais, tendo com o activo apoio da comunidade desenvolvido os seguintes programas de acção social.

TABELA 16: Programas de acção social, 2000-2003

Tipo ou Programa	Total
Crianças atendidas	2578
Idosos atendidos	37
Deficientes atendidos	40
Mulheres atendidas	645
TOTAL	3300

Fonte: Direcção Distrital da Mulher e Coordenação da Acção Social

8 Gênero



O distrito de Chigubo tem uma população estimada de 17 mil habitantes - 10 mil do sexo feminino - sendo 12% dos agregados familiares do tipo monoparental chefiados por mulheres.

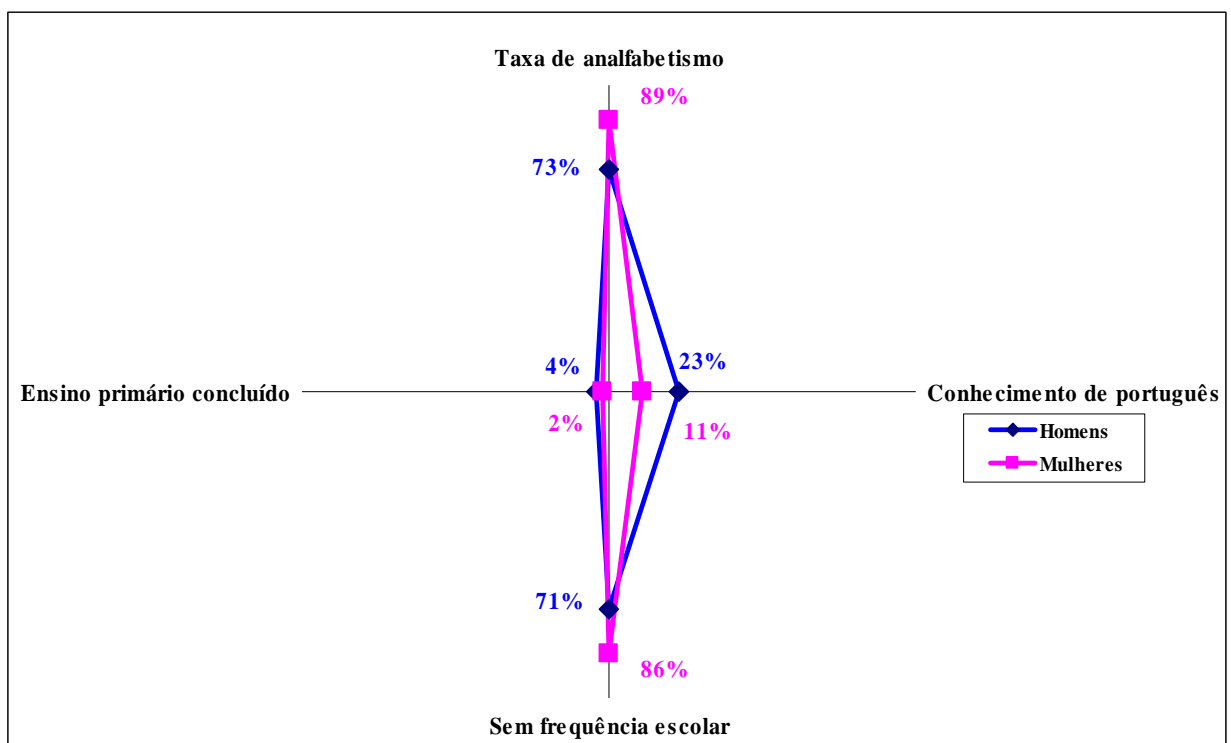
8.1 Educação

Tendo por língua materna dominante o *Xitsonga*, só metade das mulheres tem conhecimento da língua portuguesa. A taxa de analfabetismo na população feminina é de 89%, sendo de 73% no caso dos homens.

Das mulheres do distrito com mais de 5 anos, 86% nunca frequentaram a escola e somente 2% concluíram o ensino primário.

A maior taxa de adesão escolar verifica-se no grupo etário dos 10 a 14 anos, onde 31% das crianças do sexo feminino frequenta a escola, o que reflecte a entrada tardia na escola da maioria das crianças rurais, sobretudo meninas.

FIGURA 9: Indicadores de escolarização



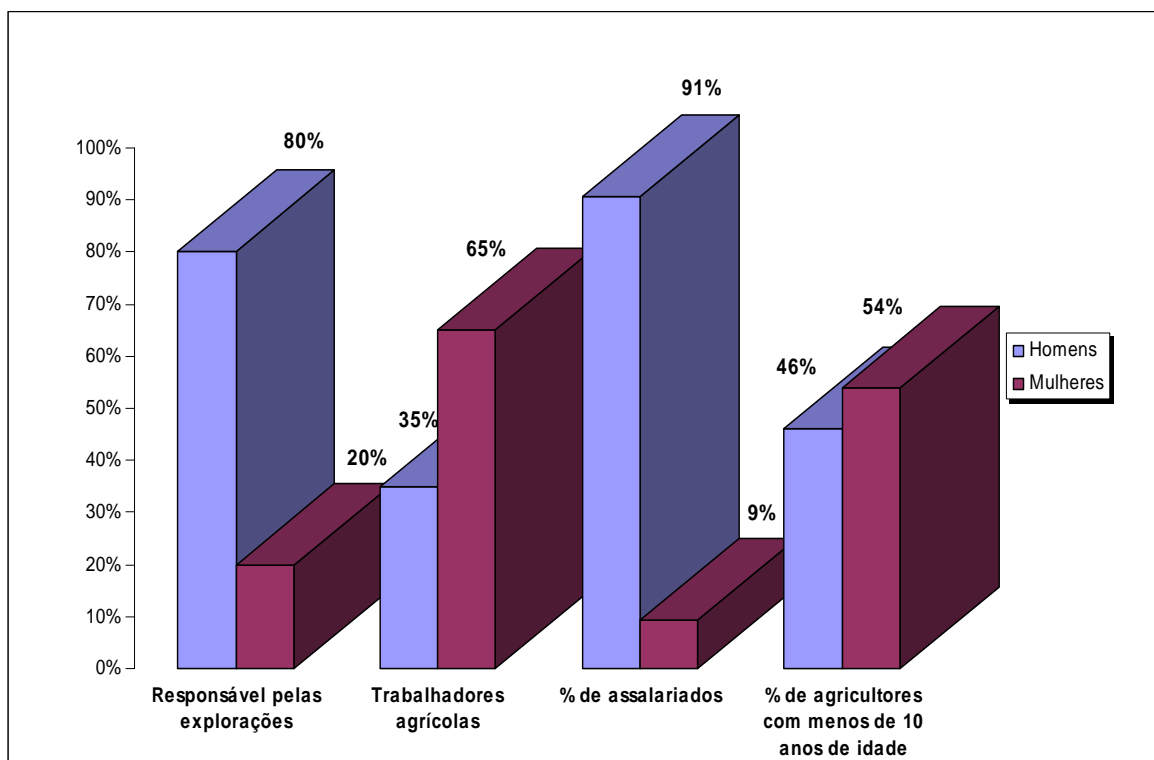
Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

8.2 Actividade económica e exploração da terra

De um total de 10 mil mulheres, 6 mil estão em idade de trabalho (15 a 64 anos). Excluindo as que procura emprego pela 1ª vez, a população activa feminina é de 4 mil pessoas, o que reflecte uma taxa implícita de desemprego feminino de 29%, contra 38% no caso dos homens.

As 6.500 parcelas agrícolas, metade com menos de meio hectare, são exploradas em 60% dos casos por mulheres. De realçar que 30% do total de agricultores são crianças menores de 10 anos de idade, de ambos os sexos, sendo 54% raparigas.

FIGURA 10: Quota das mulheres no trabalho agrícola e remunerado



Fonte de dados: Instituto Nacional de Estatística, Censo agro-pecuário, 1999-2000

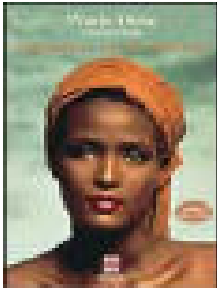
A distribuição das mulheres activas residentes no distrito de acordo com a posição no processo de trabalho e o sector de actividade é a seguinte:

- ✚ Cerca de 98.5% são trabalhadoras agrícolas, familiares ou por conta própria;
- ✚ 1% são vendedoras ou empregadas do sector comercial formal e informal; e
- ✚ As restantes 0.5% são, na maioria, trabalhadoras do sector de educação e saúde.

Nestes dois sectores chave da vida social a situação da mulher trabalhadora é, curiosamente, inversa. Assim, enquanto nos professores só 40% são mulheres, verifica-se que 67% dos técnicos de saúde do distrito são profissionais femininas.

8.3 Governação

Ao nível do distrito tem-se privilegiado a coordenação das acções de algumas organizações não governamentais, associações e sociedade civil, promovendo a criação de igualdade de oportunidades e direitos entre sexos em todos aspectos de vida social e económica, e a integração da mulher no mercado de trabalho, processos de geração de rendimentos e vida escolar.



Esta coordenação recorre a mecanismos de troca de informação, diálogo e concertação da acção, evitando a sobreposição de actividades e racionalizando recursos de forma a melhorar a eficácia e eficiência das acções governamentais e das iniciativas da comunidade e do sector privado.

Ao nível do Governo Distrital, dos 18 funcionários existentes só 4 são senhoras, em geral em posições inferiores da carreira administrativa.

9 Actividade Económica

9.1 População economicamente activa

A relação de dependência económica potencial é de aproximadamente 1:1.3, isto é, por cada 10 crianças ou anciões existem 13 pessoas em idade activa.

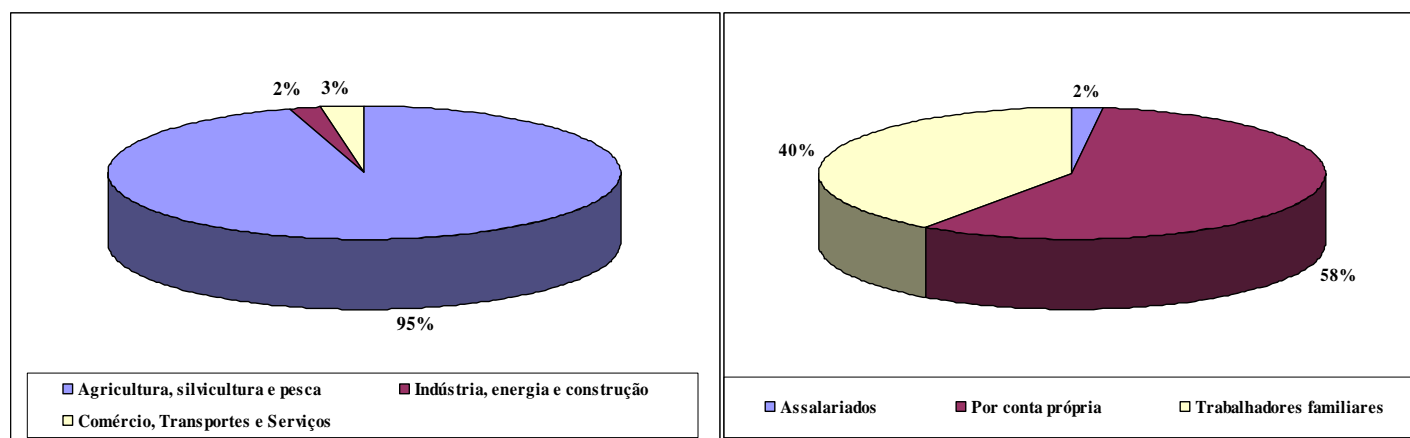
De um total estimado de 17 mil habitantes, 10 mil estão em idade de trabalho (15 a 64 anos). Excluindo os que procuram emprego pela primeira vez, a população economicamente activa é de 4 mil pessoas, o que reflecte uma taxa implícita de desemprego de 32%.

Destes, 98% são trabalhadores familiares ou por conta própria, e na sua maioria mulheres. A percentagem de trabalhadores assalariados é somente de 2% da população activa e, de forma inversa, é dominada por homens (as mulheres assalariadas representam apenas 9% do total de assalariados do distrito).

A distribuição segundo a posição no processo de trabalho e o ramo de actividade reflecte, naturalmente, a actividade dominante agrária do distrito, que ocupa 95% da mão-de-obra activa do distrito (59%, por conta própria e 40% em regime de exploração familiar).

Os sectores secundário e terciário ocupam, respectivamente, 2% e 3% da população activa, sendo dominados pela actividade de comércio formal e informal, onde trabalham cerca de 3% do total de pessoas activas e 1% das mulheres activas do distrito.

FIGURA 11: População activa³, processo de trabalho e actividade



Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

³ Com 15 anos ou mais, excluindo os que procuram emprego pela primeira vez.

TABELA 17: População activa⁴, processo de trabalho e actividade, 2005

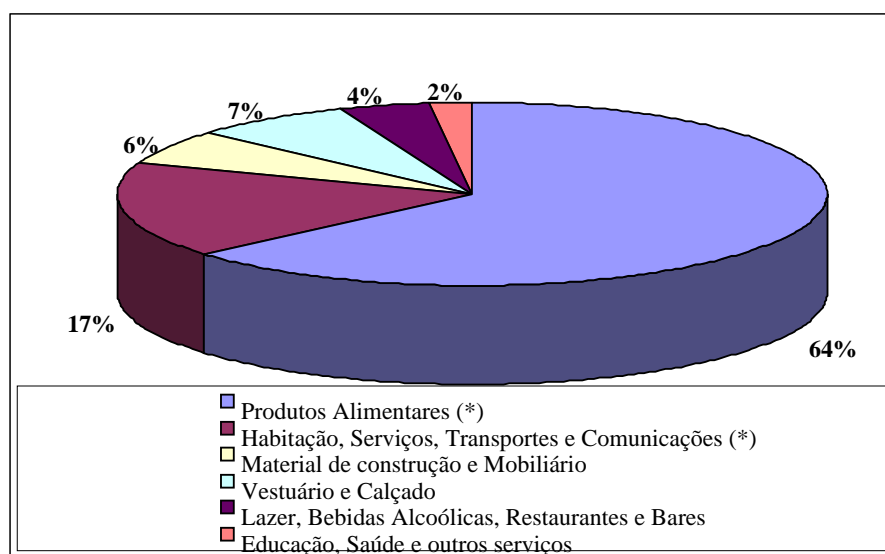
SECTORES DE ACTIVIDADE	TOTAL	POSIÇÃO NO PROCESSO DE TRABALHO						
		Assalariados			Sector Coop.	Por conta própria	Trabalhador familiar	Empresário Patrão
		Total	Estado	Empresas				
DISTRITO DE CHIGUBO	6.467	1,9%	0,8%	1,0%	0,1%	57,7%	40,2%	0,2%
- Homens	2.191	1,7%	0,7%	1,0%	0,0%	18,9%	13,0%	0,2%
- Mulheres	4.276	0,2%	0,1%	0,1%	0,0%	38,7%	27,2%	0,0%
Agricultura, silvicultura e pesca	6.171	0,4%	0,1%	0,3%	0,0%	56,2%	38,6%	0,1%
Indústria, energia e construção	112	0,4%	0,1%	0,3%	0,0%	0,7%	0,5%	0,1%
Comércio, Transportes Serviços	184	1,0%	0,7%	0,3%	0,0%	0,7%	1,0%	0,0%

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

9.2 Rendimento e consumo familiar

O distrito de Chigubo tem um Índice de Incidência da Pobreza ⁵ estimado em cerca de 60% no ano de 2003⁶. Com um nível médio mensal das receitas familiares estimado em 1.290 contos (52% em espécie, derivados do autoconsumo e da renda imputada pela posse de habitação própria), a população do distrito apresenta um padrão de consumo influenciado por estes dois factores, e concentrado nos produtos alimentares (64%) e na habitação, água e energia e combustíveis (17%).

FIGURA 12: Estrutura do consumo médio das famílias



(*) Inclui o autoconsumo da produção agrícola e a imputação da renda por posse de habitação própria

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, IAF - 2002/03.

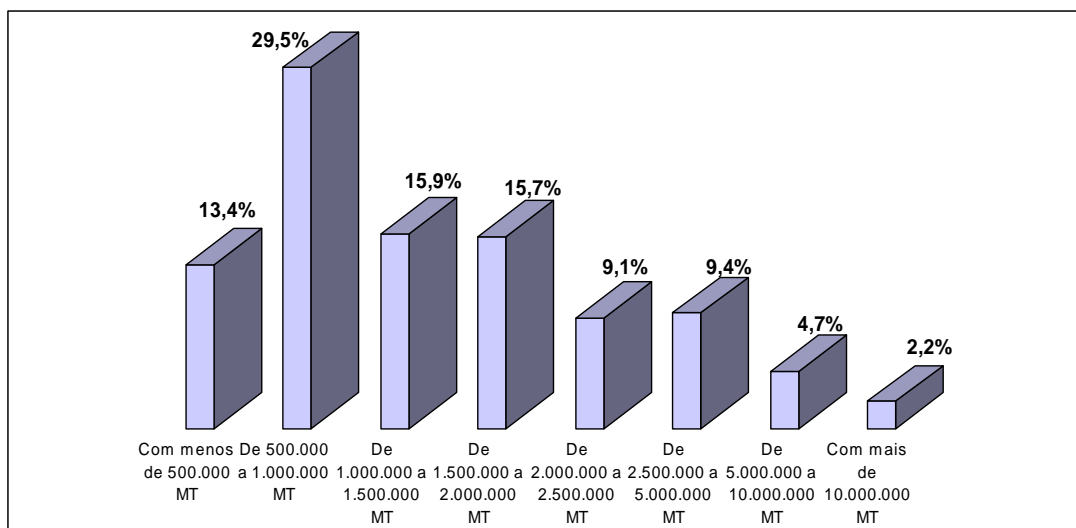
⁴ Com 15 anos ou mais, excluindo os que procuram emprego pela primeira vez.

⁵ O Índice de Incidência da Pobreza (*poverty headcount index*) é a proporção da população cujo consumo *per capita* está abaixo da linha da pobreza.

⁶ Estimativa da *MÉTIER*, a partir de dados do Relatório sobre Pobreza e Bem-Estar em Moçambique: 2ª Avaliação Nacional (2002-03), DNPO, Gabinete de Estudos do MPF.

Com variância significativa, a distribuição da receita familiar está concentrada nas classes baixas, com 75% dos agregados na faixa de rendimentos mensais inferiores a 2.000 contos.

FIGURA 13: Distribuição das famílias, por rendimento mensal



Fonte: Instituto Nacional de Estatística, IAF - 2002/03.

9.3 Infra-estruturas de base



As estradas existentes são insuficientes e necessitam de reparação. O distrito possui três estradas classificadas e algumas ramificações para as localidades mantidas através dos programas comunitários de “comida pelo trabalho”.

O distrito conta apenas com o transporte rodoviário e, em termos de telecomunicações, com ligações via rádio.

TABELA 18: Rede de Estradas

Localização	Dimensão (km)	Classificação	Transitável (S/N)	Reabilitada (S/N)
Chigubo-Nhanale	122	ER412	sim	não
Dindiza-Combomune	83	NC	sim	não
Chigubo-Combomune	153	NC	sim	não
Chigubo-Machaila	103	ER412	sim	não
Machaila-Mapai	49	ER423	sim	não
Chigubo-Cubo	118	ER	não	não
Dindiza-Cubo	36	ER	não	não
Chigubo-Funhalouro	21	ER421	não	não
Machaila-Mabote	55	ER423	não	não
Chigubo-Zinhane	82	ER 421	não	não

Classificação: EN- Estrada Nacional; ER- Estrada Regional secundária, não alcatroada; NC- Não Classificada, estrada rural terciária.

O acesso a *energia eléctrica* é praticamente inexistente e a *água* é uma necessidade ainda não satisfeita no distrito, havendo comunidades que se deslocam 5 a 10 km para ter acesso à água.

Os poços e furos dispõem de bombas de água, sendo a principal instituição activa no sector a Água Rural, que tem organizado estágios periódicos de manutenção de bombas de água e também disponibilizado acessórios e peças sobressalentes.

A abertura de furos de água no distrito provou não ser a decisão certa, uma vez que a água encontrada é salobra, razão porque se iniciou o processo de abertura de represas e construção de cisternas, tendo sido já construídas duas cisternas (uma em Ndindiza e outra em Machafla) e uma represa com capacidade para 15 000 m³ em Ndindiza.

9.4 Agricultura e Desenvolvimento Rural

9.4.1 Zonas agro-ecológicas



A maior parte da região tem altitudes inferiores a 200m e os solos são, em geral, delgados, com zonas arenosas característicos da cobertura dos depósitos de Mananga.

São de realçar os solos aluvionares que ocorrem ao longo da planície do rio Changane, embora com limitações decorrentes da presença de sais em excesso (i.e. sodicidade). É tropical seco e semi-árido com precipitações anuais baixas que

variam entre 200-400mm.

O clima do distrito é do tipo árido, com uma precipitação média anual é inferior a 500mm, e uma evapotranspiração potencial de referência (ET_o) geralmente superior a 1500 mm. A maior parte da região apresenta temperaturas médias anuais superiores a 24°C.

A temperatura elevada agrava consideravelmente as condições de fraca precipitação provocando deficiências de água superiores a 800mm anuais.

Tais condições são agravadas pela grande irregularidade da quantidade de precipitação ao longo da estação chuvosa e por conseguinte a ocorrência de frequentes períodos secos durante o período de crescimento das culturas. A humidade relativa média anual é cerca de 60-65%.

9.4.2 Produção agrícola e sistemas de cultivo

O distrito é pouco povoado devido às suas fracas condições agro-ecológicas. A produção agrícola é feita predominantemente em condições de sequeiro, uma vez que as condições

climáticas determinam uma colheita por ano (época das chuvas), nem sempre bem sucedida, uma vez que o risco de perda da cultura e das colheitas é moderadamente alto a muito alto, com apenas uma faixa junto do rio Changane, de risco moderado.

O risco é dependente da capacidade de armazenamento de humidade no solo durante o período de crescimento da cultura e, uma vez que a zona é caracterizada pela ocorrência de solos com uma baixa capacidade de armazenamento de humidade, o risco de perda da cultura é elevado.

A irregularidade da precipitação, a grande vulnerabilidade à ocorrência de calamidades naturais nomeadamente secas e cheias, e a baixa aptidão para regadios, torna a agricultura no distrito uma actividade de risco. É a produção pecuária aquela que maior potencial sócio - económico tem nesta região, devido à existência de um estrato gramíneo e arbustivo abundante.

Devido à grande variação na data de início do período de crescimento e por conseguinte, na data de sementeira, e do período de crescimento ser de pequena duração, os camponeses recorrem ao uso de variedades de ciclo curto.

O sistema de produção agrícola dominante é o de consociação das culturas alimentares, nomeadamente mapira e milho, embora os camponeses ainda produzam amendoim e feijão nhemba sem grande sucesso, assim como no caso da cultura do milho.

Algumas famílias empregam métodos tradicionais de fertilização dos solos como o pousio das terras, a incorporação no solo de restos de plantas, estrume ou cinzas.

Como forma de se atenuar a baixa produção que se tem verificado, tem-se apostado no plantio do cajueiro e fruteiras, e têm sido levados a cabo esforços para a introdução de culturas tolerantes à seca, tais como a mandioqueira e a rama de batata-doce.



As cheias que assolaram o distrito em 2000/01 foram devastadoras, levando à perda da campanha agrícola e afectando grande parte da população do distrito. Somente em 2003, após o período de estiagem que se seguiu, e a reabilitação de algumas infra-estruturas, teve início ao esforço de recuperação da produção.

As principais culturas de alimentos básicos para o sector familiar no distrito são a mapira e milho, embora os camponeses produzam, também, amendoim e feijão nhemba, com rendimentos muito baixos.

TABELA 19: Produção agrícola, por principais culturas: 2000-2003

Principais Culturas	Campanha 2000/2001		Campanha 2001/2002		Campanha 2002/2003	
	Área (ha) Semeada	Produção (Toneladas)	Área (ha) Semeada	Produção (Toneladas)	Área (ha) Semeada	Produção (Toneladas)
Milho	8.561	1.816	5.646	1.634	12.479	4.471
Amendoim	768	699	473	45	600	18
Mandioca	468	1.898	773	1.962	1.080	36
Feijões	841	65	611	38	680	39
Batata Doce	255	1.174	317	1.440	450	882
Hortícolas	8	83	37	277	58	405
Total	10.901	5.733	7.856	5.396	15.346	5.852

Fonte: Administração do Distrito e Direcção Provincial de Agricultura

9.4.3 Segurança alimentar



A produção da colheita principal é insuficiente para cobrir as necessidades de alimentos básicos.

Dados do levantamento dos “Médicos sem Fronteiras” permitem estimar em 1 mês, nas épocas normais, a média de reservas alimentares por agregado familiar de cereais e mandioca.

As fontes de rendimento adicionais são escassas para a população do distrito. Nos períodos de escassez, as famílias recorrem a uma diversidade de estratégias de sobrevivência que incluem a participação em programas de "comida pelo trabalho" a recolha de frutos silvestres, a caça e as remessas de familiares no estrangeiro.

As principais organizações que apoiam o distrito, sobretudo aquando de calamidades, são o DPCCN, PESU e o PMA, cuja actuação inclui a entrega de alimentos do programa “comida pelo trabalho”, a distribuição de sementes e de instrumentos agrícolas.

9.4.4 Pecuária



O distrito possui potencial para o desenvolvimento da actividade pecuária, especialmente os bovinos, ovinos e caprinos, nas zonas centro e norte do distrito.

Porém, a infra-estrutura de apoio à actividade está limitada a 2 corredores de tratamento, 12 bebedouros a precisar de reabilitação e 4 poços para o abeberamento dos animais, o que é insuficiente para as necessidades do distrito. As doenças e a falta de fundos e de serviços de extensão são os principais obstáculos ao desenvolvimento pecuário.

Os animais domésticos mais importantes para o consumo familiar são as galinhas, os patos e os cabritos, enquanto que, para a comercialização, são os bois, os cabritos, os porcos e as ovelhas.

9.4.5 Florestas e Fauna bravia

As espécies com potencial comercial são o eucalipto, a chanfuta, a casuarina e o cajueiro. A lenha e o carvão são os principais combustíveis domésticos. A madeira também é usada na construção de casas. O distrito enfrenta problemas de desflorestamento e de erosão, havendo algumas comunidades que têm a fonte de lenha mais próxima a mais de 15 Km de distância.

A falta de sementes, as pragas, a falta de hábitos e a seca são as principais limitantes ao plantio de árvores de fruta. Algumas frutas silvestres e outras (massala, canho e cajú), são processadas para venda sob a forma de bebidas alcoólicas tradicionais. A comercialização destes produtos, processados ou não, é feita basicamente nos mercados distritais.

A caça é um suplemento alimentar importante das famílias do distrito, abrangendo o cabrito cinzento, o chipenhe, a impala e o javali.

A pesca no distrito é uma actividade artesanal (praticada no rio Changane), sem expressão económica mas, com um papel importante para a dieta das famílias. Os líderes locais desempenham um papel importante na determinação dos períodos de defeso e gestão do recurso.

9.5 Indústria e Comércio



A actividade industrial é inexistente, havendo somente algumas pequenas unidades artesanais.

A rede comercial do distrito, outrora constituída por 18 lojas, está bastante destruída. Excepto em Nwaninguingue e

Ndindiza, nos restantes pontos do distrito o abastecimento é informal e feito em barracas de construção precária.

Não há delegações bancárias no distrito, nem outro tipo de facilidades de crédito. A descapitalização dos comerciantes e os condicionalismos da banca para a obtenção de créditos impedem os comerciantes de proceder à reabilitação das lojas.

9.6 Turismo

O distrito de Chigubo tem um grande potencial turístico e ecológico, possuindo vastas zonas do Parque Nacional de Banhine integradas na Área de Conservação Transfronteiriça do Limpopo.

O Parque Nacional de Banhine, com uma área de 7 mil Km², abrange os distritos de Chigubo (3.000 km²), Chicualacula e Mabalane, fazendo parte da Área de Conservação Transfronteiriça do Limpopo.

Contudo, atrasos na tomada de decisões importantes sobre a gestão do futuro parque, incapacidade financeira por parte do sector público e a falta de experiência na gestão de empreendimentos desta natureza, levam a que o parque continue subaproveitado.

Anexo: Autoridade Comunitária no Distrito de Chigubo

(Fonte de dados: Direcção Nacional da Administração Local)

Nº	Nome completo	Designação Local de Aut. Comunitária	Sexo	Área de Jurisdição			Data de Reconhecimento
				Posto Administrativo	Localidade	Bairro/Regulado	
1	Afonso Paia Mutuque	Chefe tradicional			Ndindiza		
2	Jaime F. Mutuque	Chefe tradicional			Nhamazane		
3	Júlio M. Chauque	Chefe tradicional			Solane		
4	Fenias C. Chauque	Chefe tradicional			Nhanal		
5	Fernando Z. Bendane	Secret. Aldeia			Cubo		
6	Johane Gine Chauque	Chefe tradicional			Zinhane		
7	Magalhães H. Chauque	Chefe tradicional			Hocuanhe		
8	Judasse M Chithango	Secret. Aldeia			Saúte		
9	Malema Chauque	Chefe tradicional			Machaila		
10	Azarias Massaite Mbiza	Secret. Aldeia			Mangual		

Referências documentais

Administração do Distrito de Chigubo, *Balanço de Actividades Quinquenal para a 4ª Reunião Nacional, 2004*.

Administração do Distrito de Chigubo, *Perfil Distrital em resposta à metodologia da MÉTIER, 2004*.

Direcção de Agricultura da Província de Gaza, *Balanço Quinquenal do Sector Agrário da Província de Gaza, Maio 2004*.

Direcção de Agricultura da Província de Gaza, *Plano de Desenvolvimento do Sector Agrário da Província de Gaza, 2002*.

Direcção Provincial da Educação de Gaza, *Relatório de Actividades, 2004*.

Direcção Provincial de Saúde de Gaza, *Relatório de Actividades, 2004*.

District Development Mapping Project, *Perfil de Chigubo, 1995*.

Instituto Nacional de Estatística, *Anuário Estatístico da Província de Gaza, 2001*.

Instituto Nacional de Estatística, *Anuários Estatísticos, 2000 a 2003*.

Instituto Nacional de Estatística, *Dados do Censo agro-pecuário, 1999-2000*.

Instituto Nacional de Estatística, *Dados do Inquérito às Receitas e Despesas dos Agregados Familiares, 2003 e 1997*.

Instituto Nacional de Estatística, *Dados do Recenseamento da População de 1997*.

Instituto Nacional de Estatística, *Estatísticas Sociais e Demográficas, CD, 2004*.

J. du Toit, *Provincial Characteristics of South Africa, 2002*.

Lourenço Rodrigues, MSc, *Experiência de Planificação Distrital de Alto Molocué, 1986*.

MÉTIER,Lda, *Folhas Informativas dos 33 Municípios, 2000 e 1997*.

MÉTIER,Lda, *Moçambique: Crescimento e Reformas, 2003..*

MÉTIER,Lda, *Perfil de Descentralização de Moçambique, 2004..*

Ministério da Educação, *Estatísticas Escolares, 2000 a 2003*.

Ministério da Saúde, Direcção de Planificação e Cooperação, *Perfil Estatístico Sanitário da Província de Gaza, 2004*.

Ministério do Plano e Finanças e Ministério da Administração Estatal, *Orientações para a elaboração dos Planos Distrais de Desenvolvimento*, 1998.

Ministério do Plano e Finanças, *Balanço do Plano Económico e Social de 2003, 2004*.

Ministério do Plano e Finanças, Gabinete de Estudos, DNPO, *Relatório sobre Pobreza e Bem-estar em Moçambique: 2ª Avaliação Nacional (2002-03)*.

Ministério do Plano e Finanças, *Plano de Acção Para a Redução da Pobreza Absoluta (2001-2005)*, Conselho de Ministros, 2001.

UN System, *Mozambique Common Country Assessment*, 2000.

UN System, *Mozambique – Millennium Development Goals*, 2002.

UNDAF, *Mozambique - Development assistance Framework*, 2002-2006.

UNDP, *Governance and local development*, 2004.

UNDP, *Poverty and Gender*, 2004.

UNDP, *Relatórios Nacionais do Desenvolvimento Humano, 1998 a 2001*.

UNDP, *Rural Regions: Overcoming development Disparities*, 2003.

UNDP, *Sustained local development, Senegal*, 2004.

Unidade de Coordenação do Desenvolvimento Integrado de Nampula, *Brochura Distrital e Municipal*, 2003.

Ville de Gatineau, Canadá, *Profil Economique*, 2004.

World Bank, *Poverty Monitoring Toolkit*, 2004.

World Bank, *Social Analysis Sourcebook*, 2003.

Série: Perfis Distritais
Edição: 2005

Editor: Ministério da Administração Estatal
Coordenação: Direcção Nacional da Administração Local
Copyright © Ministério da Administração Estatal
Um resumo desta publicação está disponível na Internet em <http://www.govnet.gov.mz/>

Assistência técnica: MÉTIER – Consultoria & Desenvolvimento, Lda
Um resumo desta publicação está disponível na Internet em <http://www.metier.co.mz>
Copyright © MÉTIER, Lda



MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO ESTATAL

Série “Perfis Distritais de Moçambique”

Edição 2005